

MEMÓRIA DISCURSIVA E ESQUECIMENTO: REVISITANDO O CHAPÉU DE CLÉMENTIS

Ludmila Belotti Andreu Funo (Doutoranda, UNESP)

ibandreu@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem o intuito de tecer algumas reflexões introdutórias sobre os conceitos de memória discursiva e esquecimento no campo da Análise de Discurso de linha francesa, que tem em Michel Pêcheux seu maior representante. Tal tarefa deve realizar-se a partir de uma leitura da tradução do texto de Jean-Jacques Courtine, intitulado *La touche de Clémentis*, e a partir de excertos da obra de Nietzsche em que o autor reflete sobre a complexidade do fenômeno esquecimento (portanto, abordando aspectos distintos do conceito de esquecimento engendrado pelas reflexões de estudiosos da análise discursiva).

Palavras-chave: Análise de Discurso, memória discursiva, esquecimento.

“A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Em artigo sobre a história da imprensa brasileira, Mariani (1993) afirma que o papel da memória histórica seria o de “fixar um sentido sobre os demais”, ou seja, a memória histórica teria como um de seus papéis o de engendrar um domínio em que a organização de uma representação temporal linear (sistematizada em noções de passado, presente e futuro) fosse possível.

Essa função organizadora, capaz de engendrar a percepção de uma espécie de “diacronia da formação social” (MARIANI, 1993, p. 41) seria, segundo a autora, marcada por uma tentativa de homogeneização de sentidos, homogeneização de formações discursivas. Tal homogeneização, por sua vez, pressupõe aquilo que a autora nomeia como “silenciamentos”.

O artigo de Mariani traz em si uma reflexão que aponta para os esquecimentos, ou os “silenciamentos”, engendrados pela materialização da história nas formações discursivas, como força pressuposta (ou condição necessária) para a possibilidade mesma de construção dessa memória histórica.

Assim, o esquecimento pode configurar-se tanto como uma força que ameaça com seus apagamentos a existência da história quanto como uma força que possibilita a existência de qualquer representação humana. Em outras palavras, o esquecimento configura-se como uma brecha, ou uma fissura, cuja abertura tanto pode levar a memória a esvair-se como possibilita a instituição de qualquer memória social.

É da problematização do tema memória discursiva e esquecimento que trata o presente artigo. Tal tarefa deve realizar-se a partir de uma leitura da tradução do texto de Jean-Jacques Courtine, intitulado *La touche de Clementis*, e de um flerte com algumas das ideias de Nietzsche acerca do esquecimento.

Revisitando *O chapéu de Clémentis*

A partir de uma anedota acerca do início da Boêmia Comunista, extraída da obra de Kundera (que conta a história dos bastidores de uma fotografia feita no dia do discurso de Klement Gottwald, um dirigente comunista que usava por ocasião do referido discurso o chapéu de um camarada, chamado Clémentis, que anos mais tarde foi enforcado por traição e, por isso, apagado das fotos do referido evento), Courtine aborda a questão da memória discursiva, mais especificamente “o estatuto da memória no campo do discurso político”.

Segundo o autor, esse apagamento ou anulação de Clémentis na referida foto, mesmo aparecendo em um construto cuja materialidade é “não linguística”, ocorre e evoca efeitos de sentido “na ordem do discurso”, do “enunciável” (COURTINE, 1999, p. 16).

A constatação de que o apagamento de Clémentis se dá na ordem do discurso, seguindo a análise de Courtine, suscita a necessidade de se perguntar: a) sobre a constituição de uma “modalidade de existência específica” de memória histórica no discurso (focalizando o sentido de se “repetir, lembrar e esquecer para um sujeito enunciator tomado nas contradições históricas do campo político”); b) sobre as características do funcionamento do discurso político que possibilitariam em si a materialização dessa memória (COURTINE, 1999, p. 16).

Ao tecer suas reflexões sobre os questionamentos citados, por meio de seus elementos de resposta, Courtine conduz seus leitores a uma interessante reflexão que problematiza a relação memória história e enunciação.

Segundo o autor, a memória histórica é evocada quando se materializam os enunciados de um discurso, em um domínio intitulado de “interdiscurso”, cuja

percepção requer que se considere tanto o sujeito enunciador enquanto um sujeito simbólico como as condições de produção desse discurso enquanto condições contextuais complexas, como exemplifica o trecho a seguir:

“[...] espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos [...]; séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre si em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, seguindo M. Foucault, domínio de memória, que se constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciador na formação dos enunciados ‘pré-construídos’, de que sua enunciação apropria-se.” (COURTINE, 1999, p. 18. Grifo meu).

Para explorar o tema das possibilidades de materializações enunciativas que evocam uma memória histórica, o autor questiona o tratamento de certas abordagens linguísticas estruturalistas às “problemática da enunciação” e afirma que tais abordagens, ao tratar dos fenômenos linguísticos enquanto “problemática instrumental” (ou seja, enquanto materialização linear de uma mensagem trocada entre enunciadore e destinatários, formatada sob um dado idioma, que ora assume o papel de estímulo, ora de resposta) serviam de barreira para as reflexões acerca “das especificidades do discurso” e “do assujeitamento”.

Sobre essa discussão quanto ao tratamento dado até então pelos estruturalistas para questões de enunciação, Courtine afirma: “aos linguistas que consideram o sujeito-falante como sujeito-origem, pleno e sem memória, as teses sobre existência histórica e material das ideologias lembravam a eles que há sempre já um discurso, ou seja, o enunciável é exterior ao sujeito enunciador” (COURTINE, 1999, p. 18).

O sujeito enunciador, por sua vez, é aquele que ao enunciar assume uma “posição sujeito”, posição esta que se define necessariamente na ordem do enunciável, na ordem do que constitui o sujeito falante em sujeito do seu discurso.

A seguir, o autor introduz em seu texto as noções de interdiscurso e memória discursiva, segundo as quais ele propõe que pensemos o “assujeitamento do sujeito falante na ordem do discurso” em dois níveis ou eixos.

O primeiro dos níveis seria “o nível da enunciação”, marcado pela materialização discursiva, produzido por um dado sujeito enunciador em uma determinada situação enunciativa. Esse seria o eixo horizontal, ou, segundo Orlandi (2006, p. 21) o eixo da formulação. O segundo nível foi nomeado de “nível do enunciado”; é o nível vertical de onde podemos depreender o interdiscurso. Orlandi (2006, p. 21), ao abordar esse nível, que definiu como o “eixo da constituição do dizer”, faz considerações interessantes que deflagram a sua complexidade:

Situamos a memória justamente no eixo vertical: são enunciações que se estratificam no eixo vertical de tal maneira que qualquer formulação se dá determinada pelo conjunto das formulações já feitas. No entanto, há uma particularidade que define a natureza da memória discursiva: trata-se do fato que quando enunciamos há essa estratificação de formulações já feitas que presidem nossa formulação e formam o eixo de constituição de nosso dizer. Mas, são formulações já feitas e esquecidas. Por isso é que podemos afirmar que a memória discursiva é constituída pelo esquecimento (ORLANDI, 2006, p. 21).

Logo, o interdiscurso configura-se, na visão de Courtine, como o domínio que possibilitaria a constituição de uma “modalidade de existência específica” de memória histórico-discursiva. Após tecer seu elemento de resposta para a primeira de suas

indagações, Courtine retoma seu segundo questionamento (que lhe fora engendrado pela problematização da leitura do texto de Kundera) e, face a suas reflexões sobre o interdiscurso, o autor aborda o papel que o desnivelamento discursivo (o repetir, lembrar, esquecer) exerce no funcionamento do discurso político.

Segundo Courtine, o desnivelamento discursivo, que se dá pelas retomadas de discurso a discurso, acaba por apagar os vestígios (ou as evidências explícitas) que poderiam nos conduzir em um retorno ao discurso relatado:

O interdiscurso, sabe-se, fornece sob a forma de citação, recitação, pré-construído, os objetos do discurso em que a enunciação se sustenta ao mesmo tempo em que organiza a identificação enunciativa (por meio do regramento das marcas pessoais, dos tempos, dos aspectos, das modalidades...) constitutiva da produção da formulação por um sujeito enunciador. E que acaba, assim, por desaparecer aos olhos de quem enuncia, garantindo na aparição de um “eu”, “aqui!”, “agora” a eficácia do assujeitamento (COURTINE, 1999, p. 20).

Assim, o sujeito falante se esquece da formação discursiva à qual pertence, e esse esquecimento possibilita a quem enuncia a ilusão de ser a origem do que diz. É como no conto infantil coletado pelos irmãos Grimm, *João e Maria*, em que, ao saberem que seriam levados pelo pai e pela madrasta pela floresta adentro para lá serem abandonadas, as crianças deixam uma trilha de migalhas ao longo do percurso transcorrido, contudo as migalhas que marcariam o caminho de volta desaparecem, devoradas pelos pássaros, permanecendo João, Maria e a mata com suas várias trilhas e perigos.

O que argumento neste artigo é que o apagamento engendrado pelo desnivelamento discursivo é, também, uma atividade possibilitadora da existência

enunciativa enquanto prática social de construção de sentidos. As migalhas desaparecem do chão e, assim, João e Maria podem viver sua aventura na floresta.

Considerações sobre algumas reflexões de Nietzsche acerca do esquecimento

“O interdiscurso como preenchimento produtor de um efeito de consistência no interior do formulável e o interdiscurso como oco, vazio, deslocamento, cuja intervenção ocasiona um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia do reformulável” (COURTINE, 1999, p. 22).

Há várias reflexões na vasta obra de Nietzsche acerca do tema “esquecimento”. Neste trabalho, abordarei trechos dessas reflexões, com o objetivo de corroborar a leitura apresentada neste artigo sobre o papel do esquecimento na constituição da memória discursiva como algo complexo, que tanto evoca efeitos de preenchimento quanto de ruptura (COURTINE, 1999, p. 22), na materialização enunciativa, e que por tal razão tanto nega quanto possibilita essa mesma materialização.

Começarei com *Verdade e Mentira no Sentido Extramoral*, texto no qual o filósofo apresenta o esquecimento como a faculdade que permite a existência de uma crença na verdade, “somente por esquecimento, pode o homem alguma vez chegar a supor que possui alguma verdade” (NIETZSCHE, 1999, p. 55).

Para o autor, nesse momento de sua obra, as verdades corresponderiam a ilusões, metáforas desgastadas com o tempo, “sem força sensível”, tal qual “moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal” (NIETZSCHE, 1999, p. 57).

Franco Ferraz (1999) afirma que, neste momento de sua obra, Nietzsche ainda entendia o esquecimento enquanto *vis inertiae*, ou seja, uma espécie de resistência ao movimento de constituição da memória que consistiria em uma via que nos proporcionaria chegar a um “sentimento de verdade” (*idem*).

Em *Da Utilidade e da Desvantagem da História para a Vida* (NIETZSCHE, 1999, p. 273), Nietzsche propõe que pensemos acerca da hipótese da existência de um homem que não possuísse “a força do esquecer”. Em sua reflexão, que descreve a vida como um *imperfectum*, ou seja, como uma dinâmica na qual esquecimento e memória são forças que se negam e que se autocontradizem, o autor chega à conclusão de que “é possível viver quase sem lembranças (...), mas é inteiramente impossível, sem esquecimento, simplesmente viver” (NIETZSCHE, 1999, p. 273-274). Temos, nesse momento da obra de Nietzsche, um tratamento diferente atribuído à temática do esquecimento; temos o esquecimento e a lembrança, bem como a história e a vida em seu devir, como forças interdependentes.

Já em sua Segunda Dissertação da Genealogia, Nietzsche considera o esquecimento como uma condição que antecederia, e de certa forma inibiria, a constituição de toda e qualquer memória e como uma atividade humana similar à atividade fisiológica da digestão.

Essa reflexão começa a ser construída no momento em que o autor expõe o seguinte questionamento: “como se faz no animal homem uma memória?” (NIETZSCHE, 1999, p. 347). Para o filósofo, a memória constitui-se mediante estratégias que exigem extremo esforço e imprimem dor ao homem, estratégias capazes de “chegar à vitória sobre o esquecimento” (*idem*, p. 348).

Para Franco Ferraz, na *Segunda Dissertação da Genealogia*, a memória é entendida mesmo como uma “contrafaculdade”, “superpondo-se ao esquecimento”, suspendendo a atividade do esquecimento (FRANCO-FERRAZ, 1999, p. 28). Nessa obra, a atividade do esquecimento passa a ser entendida como uma atividade de assimilação processual similar à digestão; a memória seria o que resistiria a essa atividade.

De forma perigosamente assimiladora, podemos afirmar que, ao longo de suas reflexões, o filósofo Nietzsche abordou diversas características atribuídas ao fenômeno do esquecimento e da possibilidade de constituição de memória, sendo que em cada momento de sua obra essas características foram ressaltadas face à necessidade de se refletir acerca de um tema específico.

Neste artigo, selecionei três passagens da vasta obra desse autor, com o propósito de ilustrar a complexidade do tema “memória e esquecimento” e com o objetivo de propor um diálogo entre as reflexões do filósofo alemão e o texto de Courtine. Não necessariamente por ver nos textos que cito aspectos confluentes, mas por entender por meio da leitura desses textos que problematizações interessantes aos temas esquecimento e memória são engendradas no confronto dessas obras.

Afinal, memória e esquecimento são fenômenos fascinantes, e as maneiras como percebemos suas possibilidades de manifestação ao longo da obra de Nietzsche (o esquecimento enquanto *vis inertia*, o esquecimento e a memória enquanto forças interdependentes, ou o esquecimento enquanto atividade humana que deva ser suspensa, vencida, para a constituição de uma memória) demonstram as várias faces desses fenômenos, em uma composição caleidoscópica, tanto contraditória quanto complementar.

Tal reflexão alerta para o fato de que nossa percepção sobre a relação esquecimento e memória é um tema muito explorado, porém nada gasto, longe mesmo de estar esgotado. Atenta, ainda, para meu posicionamento de que manipular a memória na instância enunciativa e discursiva seja tanto um exercício de poder sobre o que é conveniente que se apague (ou se esqueça) quanto uma possibilidade de que o esquecimento do sujeito enunciador acerca da formação discursiva à qual está vinculado seja condição necessária e fundante para que a instância enunciativa exista, para que se possa enunciar e para que se construa sentido entre interlocutores.

ABSTRACT: This essay makes an introductory reflection on the concepts of discursive memory and discursive forgetfulness concerned to the scope of French line Discourse Analysis, whose greatest exponent is Michel Pecheux. Such a task is performed based on the reading of Jean-Jacques Courtine text entitled *La touch of Clementis*, as well as on some excerpts from Nietzsche's writings in which the German philosopher reflects on the complexity of the forgetfulness phenomenon to the human life.

KEY-WORDS: Discourse Analysis, discursive memory, forgetfulness.

REFERÊNCIAS

COURTINE, J. J. (1999). O Chapéu de Clémentis. *Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político*. In: INDURKY, Freda. (org.). Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato.

DEBRUN, M. A ideia de auto-organização. Debrun, M.; Gonzales M. E. Q.; Pessoa, O. Jr, organizadores. *Auto-organizarão: estudos interdisciplinares em filosofia, ciências naturais, humanas e artes*. São Paulo (Campinas): UNICAMP Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência; 1996, p. 3-23.

FERNANDES, C. A. *Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias*. São Carlos: Clara Luz, 2008.

FRANCO FERRAZ, M. C. *Nietzsche: o esquecimento como atividade*. Cadernos Nietzsche 7, 27 – 40, 1999. Fonte: http://www.fflch.usp.br/df/gen/pdf/cn_07_02.pdf. Acesso em: 26/04/2011.

MARIANI, B. *Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)*. In: ORLANDI, E. P. (Org.), *Discurso Fundados: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993, p. 31-43.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NIETZSCHE, F. Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

NIETZSCHE, F. *Obras incompletas*. São Paulo, Abril Cultura, 1974.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso*. In: Orlandi & Lagazzi-Rodrigues (orgs.). *Introdução às ciências das linguagens – Discurso e textualidade*. Campinas: pontes, 2006, p. 11 – 31.

PÊCHEUX, M. *Papel da Memória*. In: ACHARD, Pierre [et al.]. *Papel da Memória*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999, p. 49-57.